

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.084 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2000

Saturnino
relatou
favoravelmente
pedido de MS



AMPLIADO ACORDO PARA DÍVIDA DE MS

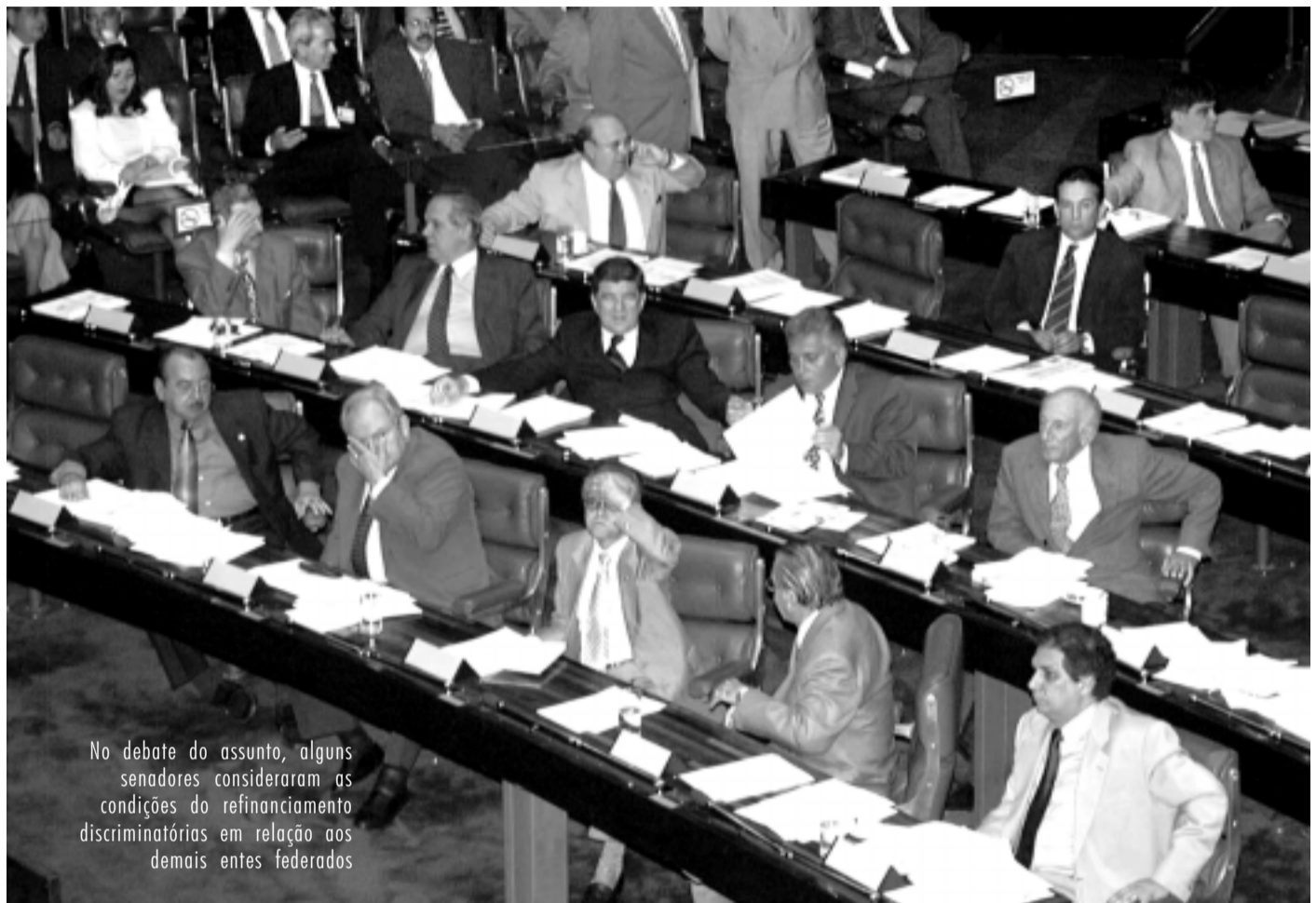
PÁGINA 4

Doze pedidos de
renegociação
terão urgência

PÁGINA 4

CCJ analisa regras
para acesso a
dados pessoais

PÁGINA 6



No debate do assunto, alguns senadores consideraram as condições do refinanciamento discriminatórias em relação aos demais entes federados

Município de São Paulo é autorizado a rolar dívida

Plenário do Senado aprova, depois de mais de seis horas de discussão, projeto que permite refinarçar R\$ 10,5 bilhões em 30 anos, com taxas de juros anuais de 9%

Foram necessárias mais de seis horas de discussão para o Senado aprovar, com 40 votos favoráveis e 21 contrários, a transferência para o Tesouro Nacio-

nal da dívida do município de São Paulo com a União. A oposição e alguns senadores da base governista protestaram contra as condições da operação.

PÁGINAS 3 E 4



Projeto aprovado pela comissão prevê várias ações de prevenção ao câncer de próstata, que atinge a cada ano 14,5 mil brasileiros

PÁGINA 5

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO APROVA PROGRAMA
DE CONTROLE DO CÂNCER DE PRÓSTATA



Cerca de 200 mil pessoas já passaram pela Bienal do Livro de São Paulo, que acaba no domingo

Livro sobre Constituições atrai público
a estande do Senado na Bienal de SP

PÁGINA 8



Roberto Requião: eleitor terá o direito de conferir seu voto na cédula impressa

Plenário debaterá novas regras para a segurança das eleições

Projeto de Roberto Requião prevê a impressão de votos em cédulas individualizadas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) quer que a urna eletrônica utilizada nas eleições passe a imprimir, em cédula individualizada, os votos dos eleitores, que serão então depositados em urna convencional. Esta idéia consta do projeto de lei do senador que o Plenário irá examinar na sessão de hoje, às 14h30, e que estabelece novas normas para as eleições de forma a ampliar a segurança e a fiscalização do sistema eleitoral informatizado. Caso a matéria seja aprovada, será encaminhada ainda para a apreciação da Câmara dos Deputados.

A proposta prevê também que o eleitor possa conferir o voto impresso com aquele que digitou na urna. Se discordar, poderá pedir a anulação do voto e repetir o processo. No caso de persistência da divergência, é prevista a pericia da máquina e posterior comunicação do problema ao juiz eleitoral.

PROGRAMAÇÃO

Devido ao prolongamento da sessão de ontem, foi adiada para hoje a votação da programação monetária para o segundo trimestre de 2000, matéria que obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi relatada pelo senador

Bello Parga (PFL-MA).

Na mesma sessão, o Senado decide sobre projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que concede seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante o período em que é proibida a atividade pesqueira. O benefício será pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e seu valor será de um salário mínimo mensal.

Em turno suplementar, será votado substitutivo do Senado a projeto da Câmara que fixa o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas em R\$ 1.337,32. A esse respeito, a CAS aprovou duas emendas do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) ao projeto votado pelos deputados. A matéria já foi aprovada em primeiro turno pelo Senado.

Também hoje, o Plenário vota proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Entre outras matérias, PLC nº 8/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PLS nº 194/99, que altera a Lei nº 9.504, de setembro/97, que estabelece normas para as eleições visando ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDL nº 74/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Alto do Vale para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul (SC); PDL nº 78/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Campinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas (SP); e PDL nº 88/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Platina de Ituiutaba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba (MG).

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PDL nº 18/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós; PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Solimões; PLS nº 88/99, em tramitação conjunta com o PLS nº 300/99, que estabelece normas para as eleições; PEC nº 87/99, que altera dispositivos da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); e PLS nº 28/2000, que acrescenta parágrafo ao artigo 36 da Lei nº 9.504, de setembro/97, que estabelece normas para as eleições, e revoga os arts. 323, 324, 325, 326 e 327 da Lei 4.737, de julho/65, que institui o Código Eleitoral. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 554/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia da gastrectomia parcial nos casos de obesidade mórbida; PLS nº 8/2000, que altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho; PLS nºs 391, 399 e 630/99, que dispõem sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 492/99, que modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; e PLS nº 557/99, que dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: Análise dos dossiês dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

18h — Comissão de Educação

Pauta: Subcomissão de Rádio e TV, que realizará audiência pública com debate sobre a situação da Rede TV!, mantida pelo grupo Omega. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

ESPECIAL

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *For All, no trampolim da vitória*, de Luiz Carlos Lacerda e Buza Ferraz.

Auditório Petrólio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 59/99, que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; PDL nº 113/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média cidade de Congonhas (MG); PDL nº 153/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Beltrão (PR); PDL nº 167/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Novo Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte (SP); e Requerimento nº 204/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que sobre o PLC nº 67/95 (nº 383/91, na Casa de origem), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

9h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: MSF 241/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizado o aumento temporário do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a fim de que possa dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Paste); audiência pública com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, sobre as causas dos prejuízos que o BC vem apresentando nos últimos anos e os fluxos financeiros entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional, a Cédula de Crédito Bancário e a provável responsabilidade do BC no crescimento do passivo do Banco do Estado de Rondônia no período de regime de administração especial, em decorrência da aprovação de requerimentos de autoria dos senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Ernandes Amorim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 2.019-1, que dispõe sobre o salário mínimo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 2.011-6, que altera dispositivos da Lei Pelé. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Ata da 2ª Reunião Ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova rolagem da dívida paulistana

Discussão da matéria durou mais de seis horas e principal questionamento foi o prazo de 30 anos para que a cidade de São Paulo possa pagar, a juros de 9% ao ano, seus R\$ 10,5 bilhões de débitos junto à União

Após mais de seis horas de discussão, o Senado aprovou ontem a federalização da dívida de R\$ 10,5 bilhões do município de São Paulo com a União, que poderá ser paga em até 30 anos, com juros de 9% ao ano e comprometimento de até 13% da receita líquida real da cidade. A decisão segue agora para promulgação da Mesa do Senado. Quarenta senadores votaram a favor e 21 contra.

O projeto de resolução trata de contrato de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas, com a interveniência do Banco do Brasil, como agente do Tesouro, e do Banespa, como depositário. A União assumirá cada um dos débitos, obrigando-se a pagar à vista, nos respectivos vencimentos, em nome do município.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse, em seu parecer, que a cifra resulta de três obrigações: contratual, o que inclui antecipações de receitas orçamentárias (ARO); mobiliária, oriunda da emissão de títulos não vinculados; e decorrente da emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios.

Depois de reconhecer o questionamento judicial a que a matéria está submetida, Jucá afirmou não pretender se deter na aplicação dos recursos. Ele argumentou que, à luz da Constituição, ninguém será considerado culpado senão após sentença transitada em julgado. E apontou o benefício social que o acordo trará para os cidadãos paulistanos e para a governabilidade daquele município nas próximas gestões.

Para Jucá, essa solução compatibiliza-se com a legislação vigente e possibilita a reestruturação e o conseqüente funcionamento da prefeitura de São Paulo, com vistas a prestar à população os serviços condizentes com os impostos cobrados. Ele também disse que a possibilidade de a dívida ser rolada em 30 anos foi analisada apenas do ponto de vista da regularidade da emissão dos títulos e não do uso irregular dos recursos arrecadados.



Durante o debate em plenário, diversos senadores criticaram o fato de a dívida paulistana ter recebido um "tratamento diferenciado"

Questão de ordem de Requião foi derrotada

Antes da votação, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou questão de ordem, propondo que a matéria voltasse à CAE. Ele argumentou que o artigo 30 da Resolução nº 78 do Senado afirma que representantes dos governos e do Banco Central devem estar presentes às reuniões em que se delibera sobre renegociações, ou a votação deve ser adiada. A questão de ordem foi rejeitada.

Requião sustentou que não compareceu à reunião da CAE o representante do Banco Central para que fosse questionado o parecer dado pelo relator da matéria, senador Romero Jucá, o que, a seu ver, fere a Resolução nº 78.

Além disso, Requião, que foi relator da CPI dos Precatórios, informou que, em São Paulo, já foram condenados por causa dos títulos irregulares o ex-governador Paulo Maluf, o ex-secretário de Fazenda Celso Pitta e o ex-assessor Wagner Ramos (que viabilizou a emissão irregular dos tí-

tulos). Em Campinas (SP), o ex-secretário Geraldo Biasoto e o ex-prefeito Edvaldo Orsi já foram condenados a devolver aos cofres públicos R\$ 74 milhões, conforme o senador.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), contestou as argumentações de Requião baseado em parecer do consultor-geral legislativo do Senado, Dirceu de Matos. Ele afirma que o artigo 30 da Resolução nº 78 é inconstitucional, por ofender o princípio federativo e o da separação dos Poderes e violar a "indisponibilidade e delegabilidade de competência do próprio Senado". Assim, "é descabido e afronta a competência do Senado" que um representante de estado, município ou Banco Central possa, mediante simples ausência, paralisar o processo legislativo.

Suassuna lembrou que o próprio

prefeito Celso Pitta compareceu à CAE e respondeu a todas as perguntas. O BC enviou à comissão sua posição sobre a renegociação das dívidas paulistanas e anexou o parecer da Procuradoria da Fazenda.

O presidente da sessão, Geraldo Melo (PSDB-RN), rejeitou a



Suassuna, presidente da CAE, contestou argumentos de Requião

questão de ordem, argumentando que o plenário da CAE havia aprovado o parecer do relator. No dia, Requião recorreu ao próprio plenário da CAE e foi derrotado. Assim, de acordo com Melo, Requião deveria ter recorrido ao Plenário do Senado, mas não o fez, apresentando ontem apenas uma questão de ordem. As oposições pediram para que o Plenário se manifestasse, no voto, sobre a decisão do presidente. No final, a questão de ordem foi rejeitada por 48 votos contra 15.

Jucá: rolagem evita prejuízo para todo o país

Relator na CAE, o senador Romero Jucá defendeu ontem a aprovação do projeto, sob o argumento de que a inviabilização do acordo para a rolagem da dívida beneficiaria o atual prefeito, Celso Pitta. O senador sustentou que a rolagem propiciará o pagamento do débito pela população e pela prefeitura paulistana, enquanto a não rolagem resultaria no fato de que o débito cairia nas mãos da União e de todos os brasileiros.

Jucá argumentou que São Paulo

não vem pagando nada e que, a partir da autorização do Senado, começará a desembolsar R\$ 60 milhões por mês. Também afirmou que a rolagem do débito de São Paulo difere da negociação da dívida de outros estados e municípios, porque a Resolução 78 do Senado deixou claro que, para a rolagem, deve-se levar em conta apenas a emissão de títulos para pagamento de precatórios, não a forma como foram utilizados.

O relator também sustentou que

Senadores reivindicam isonomia com São Paulo

No encaminhamento da votação da rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um alerta aos relatores dos projetos referentes à rolagem das dívidas de outros municípios e estados sobre a necessidade de o Senado assegurar a eles o mesmo tratamento dado a São Paulo: refinanciamento por 30 anos. Ele anunciou que, se prevalecer "o privilégio para São Paulo", apelará à bancada de Santa Catarina e ao próprio governador do estado para que reivindiquem o mesmo direito.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) adiantou que não reivindicará para Alagoas o que considera uma "imoralidade", que legitima os ilícitos praticados com títulos para pagamento de precatórios.

Ao comunicar seu voto contrário à rolagem da dívida paulistana, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também considerou que um tratamento isonômico seria "mais simpático", por parte da equipe econômica. Ele disse estranhar, ainda, que a prefeitura de São Paulo, mesmo sem pagar sua dívida com a União, não esteja sofrendo nenhuma retaliação. Quando governador, afirmou, se não pagasse as dívidas de Goiás, o governo federal teria retido os recursos em Brasília.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) considerou que, por ser impossível esquecer os ilícitos da prefeitura de São Paulo, o Senado não deveria "convalidar uma conduta moralmente reprovável". Ele, pessoalmente, registrou seu voto contrário.

Admitindo constrangimento, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) anunciou seu voto favorável à rolagem da dívida paulistana. Ele fez questão de destacar que a votação envolvia a dívida do "município" de São Paulo, e não do "estado de São Paulo, que é governado por um homem de bem (Mário Covas), que paga seus impostos".



Jucá: a cidade de São Paulo não vem pagando nada



Dutra



Tebet



Maldaner



Hartung



Simon

Renegociação causa prolongados debates no Plenário do Senado

A renegociação da dívida paulistana provocou debates no Plenário, com a participação de diversos parlamentares. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, está fazendo chantagem com o Senado ao dizer que não assina a rolagem se não forem concedidos 30 anos de prazo. "Ele se sente forte para fazer essa exigência porque conhece o 'caminho tortuoso' que levou os títulos podres de São Paulo do Bradesco até o Banco do Brasil. Essas informações dão medo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro Pedro Malan, porque a opinião pública deseja saber como e quando isso aconteceu, e o motivo para tanto segredo", disse.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que uma possível pressão do então presidente do Banco do Brasil, Andrea Calabi, para a aprovação da Resolução 22, que deu tratamento diferenciado para a dívida do município de São Paulo, não deve ser utilizada como argumento para negar aprovação ao projeto que permite a renegociação da dívida da prefeitura. "Agora, não nos resta outra alternativa senão aprovar a rolagem dos títulos de acordo com nossas próprias resoluções", afirmou.

Ao protestar contra o tratamento concedido à prefeitura paulistana, em detrimento de outros devedores, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) perguntou que "forças misteriosas" estarão em ação. Para o senador, é inadmissível conceder condições melhores para a prefeitura de São Paulo, quando se sabe que foi lá que surgiu o método original para fraudar precatórios, que depois foi exportado para outros estados e municípios.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) lamentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda não tenha sido sancionada, mas está dando "os piores primeiros passos" que poderia dar. Ele se disse "entristecido e preocupado" com as negociações em torno da rolagem das dívidas de estados e municípios, principalmente a relativa à prefeitura de São Paulo.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) exigiu explicações do governo

sobre o destino dado aos títulos emitidos pela prefeitura paulistana. Simon considerou graves as suspeitas levantadas por José Eduardo Dutra de que o governo teria sofrido chantagem do prefeito Celso Pitta.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu um acordo no sentido de que o refinanciamento fosse feito em dez anos, em vez de 30, nos moldes dos aprovados para Pernambuco, Alagoas, Guarulhos, Campinas e Santa Catarina. Ele também propôs que fossem dadas garantias para que o Banco do Brasil, que detém a maior parte dos títulos emitidos por São Paulo, fosse capitalizado pelo governo.

Ao defender a rejeição do refinanciamento em 30 anos das dívidas do município de São Paulo, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou o governo pela "incoerência e demagogia" de ter apoiado a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe qualquer federalização de dívidas, e agora estar defendendo a rolagem das dívidas da capital paulista, que engloba valores de precatórios emitidos irregularmente.

Durante as discussões da renegociação da dívida do município de São Paulo, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ex-relator da CPI dos Precatórios, afirmou que as investigações dos senadores mostraram que só 23% das emissões de títulos paulistanos foram realizadas de forma correta. Ele leu partes de um documento do Banco Central confirmando as conclusões da CPI.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) informou ter consultado o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a matéria. De acordo com Jader, o ministro esclareceu que o Senado, ao aprovar a Resolução nº 22, estabeleceu que todos os municípios e estados que emitiram títulos após 13 de dezembro de 1995 obrigatoriamente terão prazo de pagamento de dez anos. Já o município de São Paulo, segundo o ministro, não se enquadra nesta situação porque os contratos são anteriores a esta data, podendo, portanto, ter prazo de 30 anos. A rolagem em dez anos extrapolaria o comprometimento de 13% da receita líquida do município com o pagamento da dívida.



Freire



Heloísa Helena



Requião



Jader

Acolhida urgência para rolagem de dívidas de 12 estados e municípios

No decorrer de cinco sessões extraordinárias, o Senado aprovou na noite de ontem regime de urgência para a apreciação de contratos de empréstimos e renegociação de dívidas de 12 estados e municípios. Para as renegociações, a União assume todos os débitos, permitindo que o pagamento seja efetuado em até dez anos. Com a urgência, as matérias serão apreciadas em definitivo amanhã pelo Plenário.

A necessidade da urgência para as renegociações deve-se à proibição da assinatura de novos empréstimos entre os "entes da Federação" contida no projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve ser sancionado até amanhã pelo presidente da República, devendo ser publicada no *Diário Oficial* do dia seguinte. Isto apressou a votação dos pedidos dos estados e municípios, já que todas as renegociações e empréstimos aprovados pelo Senado antes da vigência da lei poderão ser assinados mais tarde pelos governadores, prefeitos e pelo ministro da Fazenda.

Foi aprovada urgência para o refinanciamento de seis dívidas, sendo cinco delas oriundas da emissão de títulos para o pagamento de precatórios. Elas pertencem aos estados de Santa Catarina (R\$ 581 milhões) e de Alagoas (R\$ 807 milhões) e dos municípios de Campinas (R\$ 137,8 milhões), Osasco (R\$ 193 milhões) e Guarulhos (R\$ 31,7 milhões), todos de São Paulo. Também foi aprovada urgência para o refinanciamento da dívida da Paraíba com o Banco do Nordeste, no valor de R\$ 108,9 milhões.

Constarão ainda da sessão de amanhã solicitações de créditos para obras e criação de agências de fomentos, as quais estão substituindo bancos estaduais extintos ou privatizados. Serão beneficiadas com obras de infra-estrutura urbana as cidades de Uiratã (PR), no valor de R\$ 900 mil, e São Gabriel (RS), com R\$ 2,1 milhões. As agências de fomento ficarão nos estados de Alagoas, Piauí e Goiás.

EMISSORAS

Também durante as sessões extraordinárias, o Plenário aprovou renovações de funcionamento de emissoras de rádio e televisão. São elas: Rádio Aurilândia, que opera em Nova Lima (MG); TV Morena, de Campo Grande (MS); Rádio MF, de Feira de Santana (BA); Rádio Floresta, de Tucuruí (PA); e Rádio Tropical AM, de Luziânia (GO).

Aprovado acréscimo de R\$ 332 milhões em refinanciamento para MS

O Plenário do Senado aprovou ontem resolução que autoriza a União a incluir no acordo de renegociação das dívidas de Mato Grosso do Sul um adicional de R\$ 332 milhões, elevando o total para R\$ 1,23 bilhão. A renegociação geral das dívidas do estado havia sido aprovada pelo Senado em março de 1998, e a alteração contou com parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

O acréscimo se refere a empréstimos concedidos originalmente pelo Banco Bamerindus à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul e à companhia de energia do estado, e que foram assumidos pela Caixa Econômica Federal em junho de 98. Toda a dívida poderá ser paga em 30 anos, com juros anuais de 6% mais inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas. A renegociação faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Durante a votação, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que o governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, deve "tratar de controlar o gasto público e colocar em dia o pagamento dos salários de seus funcionários". Heloísa Helena (PT-AL) ponderou que o acréscimo provinha de dívida firmada "por governos passados" e sugeriu que seja feita uma auditoria em todas as dívidas estaduais renegociadas com a União. Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) ocupou a tribuna para dizer que "alguns



A alteração na renegociação contou com parecer favorável do relator, Roberto Saturnino

governadores passados" haviam se endividado para asfaltar rodovias federais, pois só assim o estado poderia se desenvolver.

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) disse que as empresas que compraram companhias de Mato Grosso assumiram dívidas, enquanto em alguns estados, como Mato Grosso do Sul, os governos estão renegociando estas dívidas com a União e as estatais serão privatizadas sem as dívidas. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou-se favoravelmente ao adicional de renegociação, salientando que, apesar de ser adversário político do governador, defendia os interesses do estado. Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a urgência com que o Senado votou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede novos refinanciamentos, e Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse acreditar que a nova lei acabará sendo burlada, pelo menos na parte que proíbe empréstimos entre "entes da Federação".

Senado presta homenagem póstuma a Taufic Tebet

O Senado enviou ontem voto de pesar pelo falecimento do comerciante libanês Taufic Tebet no último domingo, na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, com apresentação de condolências a seus familiares, de acordo com requerimento apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O comerciante, pai do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), morreu aos 92 anos, deixando esposa, cinco filhos, 16 netos e 14 bisnetos.

De acordo com Simon, Taufic

Tebet chegou ao Brasil em 1929, trazendo "um alento da fé e de trabalho para o jovem país". Fixando-se em Três Lagoas, Taufic Tebet exerceu a profissão de comerciante, "aptidão natural de seus iguais de origem, que exige trabalho e perseverança, qualidades que o acompanharam por toda a vida", afirmou Simon. O senador destacou, ainda, "o imenso e inequívoco amor pelo Brasil" sempre manifestado pelo homenageado.

Câncer de próstata terá controle nacional

Comissão de Educação aprova parecer favorável a projeto que cria um programa de controle da doença estendido a todo o país, onde atualmente apenas 5% dos homens realizam os exames preventivos

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que cria o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. O substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ampliou a proposição da deputada Telma de Souza (PT-SP), aprovada na Câmara dos Deputados, que visava apenas à criação da Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer na Próstata. Segundo o relator, a audiência pública realizada pela comissão, que contou com representantes do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer, o convenceu da necessidade da mudança. A matéria será ainda votada em Plenário.

Ao argumentar sobre a importância do programa, o parlamentar afirmou que apenas 5% dos homens no Brasil fazem o exame de prevenção do câncer de próstata. Lembrou que o diagnóstico é hoje obtido através de exame de sangue, e não mais pelo toque. A doença atinge 14,5 mil homens por ano no Brasil, vitimando fatalmente um terço deles.

Pelo projeto, o Ministério da Saúde terá de estabelecer um consenso entre os especialistas sobre as principais formas de prevenção. A campanha terá de ser veiculada por sete dias por ano, por no mínimo cinco anos. A matéria, já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, será agora votada em Plenário. Se aprovada, volta à Câmara dos Deputados, já que foi modificada pelos senadores. O relator acatou emenda apresentada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), que autoriza o Ministério da Saúde a executar o programa.

A CE também aprovou ainda pareceres favoráveis a duas renovações e três novas outorgas para emissoras de rádio.

As renovações foram para a Sociedade Rádio Difusora OM de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) e para o Sistema Jornal de Rádio FM em Piracicaba (SP). Ambas foram relatadas favoravelmente na CE pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

As novas outorgas foram para o Diário de Suzano Radiodifusão FM em Salesópolis (SP); Valente Propaganda e Publicidade FM em Caçu (GO); e Rádio Maíra FM em Candeias Jamari (RO), com pareceres de Romeu Tuma, Luiz Estevão (PMDB-DF) e Amir Lando (PMDB-RO).



Comissão de Educação, reunida ontem: o câncer de próstata atinge anualmente 14,5 mil brasileiros, causando a morte de um terço deles

CE rejeita projeto sobre prevenção às drogas no currículo escolar

Os integrantes da CE aprovaram ontem parecer contrário do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao projeto de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que inclui a prevenção ao uso de drogas como tema transversal nos currículos do ensino fundamental e médio. O relator elogiou a sensibilidade da senadora para incluir o tema nos currículos, mas lembrou que o assunto já é abordado nas disciplinas do ensino fundamental e deverá sê-lo no ensino médio, cujos parâmetros curriculares ainda estão sendo implementados.

A CE também rejeitou o projeto de lei que previa a instituição do Dia do Advogado, em 11 de agosto. O relator, senador Amir Lando, argumentou que, das 14 normas jurídicas instituindo dias comemorativos de profissões, apenas três foram feitas por meio de leis. O parlamentar observou que "a tradição parlamentar brasileira reserva a proposta de leis para temas que redundem em efetiva repercussão junto à sociedade". Para ele, "recriar-se por lei o que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por decisão de suas re-



Luzia Toledo, autora do projeto, pretendia que a prevenção fosse tema dos currículos escolares



Saturnino elogiou "sensibilidade" da senadora mas lembrou que assunto já é abordado nas escolas

presentações regionais, já determinara, é quase desmerecer a força daquela democrática decisão".

Amir Lando completou seu parecer pela rejeição lembrando que nenhuma outra profissão que exija formação universitária para seu exercício teve seu dia instituído por lei. De acordo com o relator, algumas, como a do professor e do médico, o foram por decreto, e outras, como de engenheiro, arquiteto, dentista

ou economista, foram decididas por órgão de classe. Mesmo assim, para o senador, são "lembradas com igual reverência".

O projeto de lei foi apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em proposta também subscrita pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM). Foi o senador Iris Rezende (PMDB-GO), porém, quem apresentou voto em separado pela aprovação da matéria. Em seu relató-

rio, lido na CE pelo senador Agnelo Alves (PMDB-RN), o representante de Goiás argumenta que todos os pontos enumerados pelo relator, paradoxalmente, apoiavam a necessidade de instituição do Dia do Advogado. Seu voto, porém, foi derrotado.

As duas propostas rejeitadas, e que tramitavam na CE em caráter terminativo, irão ao arquivado caso não haja recurso para serem votadas em Plenário.

Reunião da CCJ decide sobre projeto do *habeas data*

Pela proposta, dados de identificação de indivíduos e empresas seriam acessados pelo interessado e resposta dada no prazo de dez dias

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverão examinar hoje, a partir das 10h, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que disciplina o uso de informações relativas a pessoas físicas e jurídicas mantidas em bancos de dados, informatizados ou não.

O projeto tem parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e determina que dados de identificação pessoal pertencem ao titular e o acesso a esses dados pode ser feito por solicitação escrita ao proprietário, gestor ou usuário do banco de dados. O responsável pelo banco de dados, segundo a proposta de Alcântara, terá dez dias para atender ao pedido e, em caso de recusa, o titular poderá impetrar um *habeas data* para assegurar o conhecimento das informações.

Os integrantes da comissão irão examinar ainda três convocações de plebiscitos sobre a criação de novos estados (Araguaia, Tapajós e Solimões). Os três projetos são de autoria do senador Mozarildo



Alcântara, em sua proposta, fixou prazo de dez dias para prestações das informações



Álvaro Dias, relator, elaborou relatório favorável que será votado hoje pela CCJ

Cavalcanti (PFL-RR) e têm pareceres favoráveis de seus relatores, respectivamente, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e Djalma Falcão (PFL-BA).

De acordo com a proposta de Mozarildo, o estado do Araguaia seria criado com a divisão de Mato Grosso; Tapajós seria formado por municípios do Pará; e Solimões seria constituído por parte da região noroeste do Amazonas.

Outra proposta a ser examinada pela CCJ, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), prevê a participação das guardas municí-

pais no policiamento ostensivo e preventivo. Atualmente esse tipo de policiamento fica a cargo do estado. O projeto tem parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que destacou em seu relatório as vantagens que tal iniciativa traria para a população mais carente, geralmente mal atendida em termos de segurança nas grandes cidades.

Estarão também em pauta dois projetos – de autoria dos senadores Lúcio Alcântara e Roberto Requião (PMDB-PR) – destinados a estabelecer o sistema de lista fechada para as eleições proporcionais.

CCJ discute novos itens da reforma política

Dois novos projetos ligados à reforma política começam a ser apreciados hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Estarão em pauta, com pareceres favoráveis, as propostas destinadas a estabelecer o sistema de listas fechadas para as eleições



Fogaça é o relator das duas propostas a serem debatidas hoje

proporcionais e a descaracterizar como propaganda eleitoral – punida com multa quando fora da época prevista em lei – manifestações públicas sobre temas políticos, desde que não acompanhadas de pedido de voto.

Os eleitores escolhem atualmente os deputados federais e estaduais diretamente, ou seja, de forma nominal. O sistema de listas fechadas prevê que o eleitor dará seu voto ao partido, que, por meio de eleições internas, indicará os candidatos que ocuparão os primeiros postos de suas listas. Quanto mais votos tiver o partido, mais integrantes dessas listas serão eleitos.

Dois projetos que se encontram na CCJ procuram estabelecer esse novo sistema. A proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) torna exclusiva a eleição proporcional por meio da votação em lista fechada. O projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) adota

parcialmente o novo sistema, ao permitir que metade dos cargos eletivos proporcionais continue a ser preenchida de acordo com o atual método de votação nominal. O relator das duas propostas, senador José Fogaça (PMDB-RS), optou pela segunda alternativa, uma vez que o eleitor brasileiro costuma votar no candidato, “sem atentar para a sua filiação partidária”.

Também do senador Requião, o projeto que modifica o Código Eleitoral para que manifestações públicas deixem de ser consideradas propaganda eleitoral, quando não acompanhadas de pedido de voto, tem parecer favorável do relator da matéria, senador Iris Rezende

(PMDB-GO). De acordo com a atual legislação, a propaganda eleitoral só é permitida após 5 de julho do ano da eleição, sob pena de multa de 20 mil a 50 mil unidades fiscais de Referência (Ufir). “Todos temos tido notícias de decisões equivocadas de juízes eleitorais que, sob o pretexto de coibir propaganda eleitoral ilegal, acabam por negar o direito de expressão garantido à cidadania pela Constituição”, afirma Iris em seu voto.

Dois outros projetos ligados à reforma política foram enviados no ano passado à Câmara. O primeiro deles, do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), prevê que os partidos só poderão se coligar em eleições majoritárias. O segundo, do senador José Agripino (PFL-RN), estabelece que os partidos poderão reunir-se em federações, que atuarão nacionalmente como se fossem um partido. O projeto prevê ainda que, na distribuição do tempo da propaganda eleitoral gratuita, 10% do tempo serão distribuídos igualmente entre todos os partidos e 90% de forma proporcional à representação dos partidos na Câmara.

Proposta na CAS garante cirurgia para obesos na rede pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje, às 10h, substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto que garante às pessoas portadoras de obesidade mórbida o direito à cirurgia de gastrectomia parcial (redução do estômago). O texto original é de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Rocha elogiou a iniciativa de Luiz Estevão de buscar proteção para o portador de obesidade mórbida, garantindo-lhe o acesso à melhor técnica disponível para melhorar sua situação clínica, mas propôs algumas alterações. Em vez de garantir apenas o direito à gastrectomia parcial, o substitutivo obriga o atendimento integral ao paciente para prevenir e tratar a obesidade, com programa de educação e tratamento, incluído atendimento cirúrgico apropriado.

Também está na pauta da CAS,

em caráter terminativo, projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) tornando obrigatório o ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde dos gastos com medicamentos de uso contínuo que não estiverem disponíveis nas farmácias da rede própria, contratada ou conveniada ao SUS. O senador Luiz Estevão já antecipou que apresentará relatório favorável à proposta, que não recebeu emendas.

Outra matéria que integra a pauta da CAS é o projeto que proíbe o fumo a bordo de aeronaves brasileiras civis e militares, de transporte de passageiros, cuja origem ou destino sejam aeroportos brasileiros. O relator do projeto, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apresentará substitutivo favorável à aprovação do projeto, de iniciativa do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).



Rocha elogiou a iniciativa de Luiz Estevão, mas ampliou a extensão do projeto



Luiz Estevão visou dar aos portadores de obesidade mórbida uma chance de cura

Conselho de Ética examina hoje dossiês de ACM e Jader

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem reunião agendada para as 17h de hoje com o propósito de analisar os documentos que contêm acusações recíprocas feitas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo presidente e líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA).

A discussão entre os dois senadores, ocorrida na sessão plenária do dia 5 de abril, motivou a abertura dos processos no âmbito do conselho. A Mesa do Senado também adotou a providência de encaminhar ao Ministério Público os dossiês apresentados pelos senadores.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) deverá informar aos integrantes do Conselho de Ética, do qual é presidente, o conteúdo dos dossiês. Estes decidirão, a partir do que define a Resolução nº 20 – que criou o conselho e disciplina suas atividades – se os processos serão examinados por um relator (a ser indicado pelo presidente do órgão) ou por uma subcomissão (composta por três membros).

O conselho, que é formado por 15 senadores, foi criado em junho de 1999 e realizou sua primeira reunião em fevereiro deste ano.

Subcomissão vai ouvir hoje os diretores da Rede TV!

A Subcomissão de Rádio e TV do Senado realizará às 18h de hoje audiência pública em que será debatida a situação da Rede TV, mantida pelo grupo Ômega. A audiência foi requerida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ).



Geraldo Cândido foi quem propôs a audiência pública

F o r a m convidados para participar da audiência o presidente da TV Ômega, Amilcare Dallevo Júnior; o vice-presidente da TV Ômega, Marcelo de Carvalho Fragalli; o ex-diretor da TV Manchete em Brasília Carlos Chagas; o presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio, Márcio Câmara Leal; e o funcionário da TV Manchete de São Paulo Roberto Souza Machado.

A subcomissão é presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e vinculada à Comissão de Educação do Senado.

Aprovada a admissibilidade da nova MP do salário mínimo

A comissão mista do Congresso encarregada de examinar a medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 151, reeditada pelo governo, aprovou ontem parecer que reconhece a admissibilidade da matéria. Amanhã, às 10h, os parlamentares analisam o mérito da MP. Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a comissão tem como relator o deputado Armando Monteiro (PMDB-PE).

Encarregada de discutir o assunto e votar o parecer do relator, a comissão terá de encerrar seus trabalhos até a noite do dia 6 de maio. No dia 10, o Congresso tentará pela segunda vez votar a MP do salário mínimo, convocado pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

Ao relatar da primeira vez a MP, Monteiro concordou com a elevação do salário para R\$ 151 e rejeitou todas as 31 emendas apresentadas por deputados e senadores.

Suplicy critica FHC por falta de ação em favor dos mais pobres

Para senador, o presidente fala muito na necessidade de erradicar a pobreza e redistribuir a renda, mas dá “passos tímidos” nessa direção

O governo Fernando Henrique Cardoso não tem conseguido reduzir as desigualdades sociais do país porque os instrumentos utilizados na sua administração favorecem especialmente aos que detêm maior patrimônio e riqueza, avaliou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Citando a *Síntese dos Indicadores Sociais do Brasil* referente a 1999, divulgada semana passada pelo IBGE, Suplicy disse que o governo tem destinado aos mais pobres e aos que não tiveram acesso à cidadania apenas “programas de pequeno alcance”.



Suplicy lamenta o alcance dos programas sociais e o agravamento do desemprego

gresso dos trabalhadores – acrescentou Suplicy. Para o senador, o presidente Fernando Henrique sempre fala na necessidade de construir uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e com a pobreza erradicada, mas, na prática,

Senador pede ao presidente que receba o MST

O senador Eduardo Suplicy pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que atenda à solicitação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e de outras organizações sociais que querem discutir assuntos referentes à reforma agrária. Suplicy disse que essas entidades estão mobilizadas em quase todos os estados brasileiros e que o MST protocolou na manhã de ontem um ofício solicitando audiência com o presidente da República.

Suplicy também comentou matéria publicada na edição do último domingo no jornal *O Globo*, segundo a qual o ex-secretário-

geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas teria entregue ao professor da Universidade de Brasília Carlos Pereira um disquete com os cargos da administração pública reservados aos políticos. Sob o título “Governo usa 600 cargos para controlar Congresso”, a matéria revela, segundo Suplicy, os mecanismos utilizados pelo presidente Fernando Henrique para levar o Congresso a aprovar as matérias de interesse do governo.

O senador fez um apelo para que cada parlamentar vote de acordo “com o que avalia ser melhor para o país e com sua consciência e não mediante troca de fa-

tores”. Ele lembrou que o próprio Fernando Henrique, quando senador, era um dos maiores críticos à troca de favores entre o Executivo e o Legislativo.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou que o próprio Eduardo Jorge Caldas está processando o professor Carlos Pereira pelas informações fornecidas ao jornal. Lobão acrescentou que, se hoje o governo federal tem 600 cargos, em um passado recente esse número chegava a 2 mil. “No Rio Grande do Sul, o governador distribuiu 278 cargos entre os companheiros de partido”, afirmou.

Em seu pronunciamento, Ernandes Amorim também solicitou que autorização ambiental por parte do Ibama seja retirada da lista de exigências para a realização de operações de crédito junto ao Banco da Amazônia (Basa) com recursos do Fundo Constitucional do Norte.



Amorim: dívida do banco subiu de R\$ 34,5 milhões para R\$ 500 milhões

Em seu pronunciamento, Ernandes Amorim também solicitou que autorização ambiental por parte do Ibama seja retirada da lista de exigências para a realização de operações de crédito junto ao Banco da Amazônia (Basa) com recursos do Fundo Constitucional do Norte.



Acatando sugestão da ONU, Gilvam defende o fim do sigilo bancário de todos os servidores públicos

Gilvam defende fim do sigilo bancário para parlamentares

O fim do sigilo bancário para os funcionários públicos e ocupantes de cargos legislativos foi defendido ontem pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Para ele, o momento político brasileiro, “que testemunha o avanço do crime organizado e da lavagem do dinheiro”, exige o abrandamento do benefício legal do sigilo bancário em praticamente todos os graus.

– Não faltam iniciativas parlamentares. Falta, talvez, vontade política – pensa Gilvam. Um dos projetos que tratam da limitação do sigilo bancário é de autoria do senador e define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios para a prevenção e repressão de ilícitos praticados por organizações criminosas.

O senador disse que a atual tendência internacional tem sido abrandar esse direito, diante da utilização generalizada do sigilo para a lavagem de dinheiro proveniente de todo tipo de meios ilícitos. Ele citou o exemplo do vice-secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e diretor do Escritório para Controle de Drogas e Prevenção do Crime (ODCC), Pino Arlacchi, que tem advogado a abolição total do sigilo bancário mundial, simultaneamente em todos os países, para apurar a lavagem de dinheiro de narcotraficantes e facilitar o rastreamento de dinheiro sujo.

– A tese é polêmica, mas é preciso coragem para exigir o fim do sigilo bancário e fiscal de qualquer servidor público, sempre dentro dos limites éticos e jurídicos que o assunto merece. Mas lembrando que o sigilo é um direito do cidadão e não do banco – concluiu Gilvam Borges.



A Bienal, que se realiza nos pavilhões do ExpoCenter Norte, em São Paulo, recebeu aproximadamente 200 mil pessoas

Coleção de Constituições desperta interesse na Bienal

Volumes com todas as cartas magnas do país, desde a primeira, em 1824, foram os mais vendidos no estande do Senado

Os volumes integrantes da coleção *Constituições Brasileiras: 1824/1891/1934/1937/1946/1967/1988* foram os mais vendidos no estande do Senado, nos cinco primeiros dias da Bienal Internacional do Livro, que se realiza nos pavilhões do ExpoCenter Norte, em São Paulo. Desde a abertura ao público, na sexta-feira passada, o evento já recebeu aproximadamente 200 mil pessoas.

A Bienal foi aberta à visitação na sexta-feira pela manhã e inaugurada oficialmente à tarde, com a presença do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O público, já expressivo no primeiro dia,

aumentou muito durante o feriado e se manteve elevado ontem, quando começaram as visitas de caravanas escolares. A Câmara Brasileira do Livro firmou convênios com duas mil escolas e espera a presença de 180 mil alunos.

No estande do Senado, a coleção *Constituições Brasileiras*, lançada pelo Conselho Editorial, tem registrado grande procura. Destinada principalmente a juristas, historiadores e acadêmicos de Direito, a coleção, em sete volumes e com custo acessível (R\$ 5 por exemplar), apresenta todas as constituições – desde a Carta do Brasil Império, promulgada por d.

Pedro I – sempre com uma introdução feita por especialista na matéria. Também tem tido muito boa aceitação o livro com os anais do *Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos* e o da *Lei das Sociedades Anônimas e Legislação Correlata*. O estande ainda recebe grande número de visitantes interessados em apreciar a exposição de obras raras relacionadas com os 500 anos do Descobrimento do Brasil, pertencentes ao acervo da Biblioteca do Senado.

A 16ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo se estenderá até o próximo domingo.

Suplicy autografa livro sobre a renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) autografou domingo, na 16ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, 460 exemplares do livro *Conferência Internacional: renda mínima, discussões e experiências*, do qual escreveu a apresentação. A sessão de autógrafos durou mais de quatro horas.

A conferência foi realizada no Senado, em agosto de 1998, numa iniciativa inédita nas Américas, e o livro apresenta a íntegra das participações de parlamentares, autoridades e estudiosos do assunto. Durante a sessão de autógrafos na Bienal, também foi distribuída a *Cartilha do Projeto de Garantia de Renda Mínima*, de autoria do senador.

No sábado, foi realizado o lan-

çamento do livro *Efeito Vinculante*, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que vem atraindo a atenção de juristas e estudiosos do Direito. No mesmo dia, o estande do Senado recebeu as visitas dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Ainda estão previstas, na programação do estande, as sessões de autógrafos do senador Romeu Tuma (PFL-SP), na sexta-feira, às 19 horas, para lançamento do livro *Segurança e Cidadania*, que resume sua atuação parlamentar no período de 1995 a 1999; e do senador Pedro Piva (PSDB-SP), no sábado, dia 6, às 18 horas, para lançamento do livro *Síntese da Atividade*.



Suplicy autografou 460 exemplares da obra sobre a renda mínima



O estande do Senado na Bienal Internacional do Livro recebeu no sábado a visita dos senadores Lúcio Alcântara e Carlos Patrocínio

Embarque na
informação direta,
sem escalas

O *Jornal do Senado* viaja a bordo de todos os vôos que saem de Brasília, encurtando a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.

Sua opinião vira notícia. Escreva para o *Jornal do Senado* - jornal@senado.gov.br

Embarque nos conhecimentos com segurança. Leia o *Jornal do Senado*.

Agradecimentos às empresas LÍDER TÁXI AÉREO, NORDESTE, RIO-SUL, TAM, TRANSBRASIL, VARIG e VASP



Iris quer agilizar decisões em processos judiciais

Uma das medidas do projeto do senador goiano impede que juízes profiram sentenças sem informar o valor do litígio

Projeto de lei do senador Iris Rezende (PMDB-GO) propõe a modificação de dois artigos do Código de Processo Civil, com o objetivo de reduzir as dificuldades na tramitação de processos e acelerar a decisão de ações judiciais. Uma das modificações propostas pelo senador proíbe os juízes de proferirem sentenças sem informar o valor do litígio. Esse procedimento, segundo o projeto, deve ocorrer já no processo de conhecimento e não somente após ser lavrada a sentença, como ocorre atualmente.

A segunda modificação proposta, de acordo com o senador, tem por objetivo evitar o atraso no proferimento da sentença. Pela legislação atual, acrescentou, há demora na entrega da prestação aos interessados no processo, pois o Código de Processo Civil ainda exige que, após todo o trâmite processual, a



Para Iris Rezende, a lentidão atual no trâmite processual só beneficia o devedor e prejudica o credor

ação seja reinaugurada para dar início à fase de execução. “Essa exigência é inaceitável porque, a título de dar certeza jurídica, na verdade

essa faculdade, concedida ao devedor, protela a efetividade da sentença em desfavor exclusivo do credor”, afirmou.

A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. Caso seja aprovado na comissão, o projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados, a menos que 10% dos senadores requeiram sua apreciação no Plenário.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta ainda que sua proposta vai “tornar célere a entrega das decisões judiciais, sem descuidar da certeza jurídica devida aos jurisdicionados”.

Lúcio Alcântara incluiu a *Gazeta Mercantil* entre os principais jornais econômicos do planeta



Alcântara elogia *Gazeta Mercantil* pelo estímulo à livre iniciativa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o jornal *Gazeta Mercantil* presta um grande serviço à sociedade brasileira ao estimular a livre iniciativa e ao explicar a economia e o mundo dos negócios de forma clara e didática em seu noticiário. Alcântara falou na sessão do Senado que homenageou os 80 anos de fundação do jornal paulista, reque- rida pelo senador Edison Lo-

bão (PFL-MA):

— A *Gazeta*, que começou a circular modestamente com exemplares mimeografados, é um exemplo estimulante da bem-sucedida trajetória da imprensa brasileira no século XX, e figura entre os principais jornais do planeta em sua especialidade, ao lado do periódico *The Wall Street Journal* e do *Financial Times* — destacou Lúcio Alcântara.



Jucá: FAT é um importante instrumento social para melhorar o treinamento dos trabalhadores

Jucá condena desvio de recursos do FAT e pede melhor fiscalização

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lamentou a prática de fraudes contra o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ele citou denúncias publicadas no *Jornal do Brasil* e no *Correio Braziliense*, sobre irregularidades que teriam ocorrido em programa de treinamento da Secretaria de Trabalho do DF.

Romero Jucá fez um apelo ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, para adotar medidas urgentes de fiscalização e defesa dos recursos do programa:

— Não podemos admitir que recursos escassos pertencentes aos trabalhadores sejam desviados e

manipulados para fins escusos — disse.

O FAT representa, na opinião de Jucá, importante instrumento social, cujos recursos devem ser utilizados exclusivamente para o treinamento de trabalhadores, visando à criação de condições favoráveis para seu ingresso no mercado de trabalho. O senador salientou que esses recursos devem ser destinados ao combate do desemprego, melhoria de condições de vida e profissionais dos cidadãos, e que o programa deve ser executado em ação conjunta do governo, empresários e trabalhadores.

TV Senado Política e muito mais



Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.

TV SENADO
Você no cenário da política nacional

Lando critica participação estrangeira no Banespa

Senador considera frustrados os objetivos originais do programa de privatização e diz que instituições de outros países vão controlar 50% dos ativos bancários do Brasil se assumirem o controle do Banco do Estado de São Paulo

O senador Amir Lando (PMDB-RO) manifestou-se contra o processo de privatização em curso no país, que classificou como um “desmonte do Estado”. Ele dedicou especial atenção ao Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e à venda de empresas do setor energético.

No caso do Banespa, Amir Lando criticou a intenção de privatizá-lo com o argumento de que o banco é um símbolo de resistência da economia paulista e brasileira.

A ação, argumentou o senador, faria com que 50% dos ativos bancários do país se concentrassem nas mãos de instituições estrangeiras. Lando ressaltou que em países desenvolvidos o percentual máximo permitido é de 5%.

– Faz-se aqui o que não se

pode fazer lá – afirmou o senador, apresentando também resultados de pesquisa feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na qual 71% dos entrevistados mostraram-se contra a entrada de capital estrangeiro na privatização do banco.

Os resultados esperados pelo Programa Nacional de Desestatização, editado em maio de 1994, não correspondem à atual situação vivida pelo país, na avaliação do senador. Amir Lando lembrou que o objetivo mais importante do programa era reduzir a dívida pública do país, e ela teve o seu valor quintuplicado nos últimos cinco anos.

– O objetivo de permitir a retomada de investimentos nas empresas privatizadas e, com isso, retomar o crescimento e

gerar empregos também não se fez sentir. Ao contrário, a década termina com a economia nos piores índices de crescimento e de geração de empregos – avaliou Amir Lando.

O senador argumentou ainda que a proposta sobre a qual se fundamentou a política das privatizações, e que consiste na transferência para o setor privado de atividades produtivas, para que o Estado pudesse investir na criação de recursos para o atendimento às necessidades dos setores sociais, também não foi cumprida.

– Além do desemprego, os serviços públicos em tempo algum mostraram-se mais precários e a insegurança nas grandes cidades já parece demonstrar uma verdadeira guerra civil não declarada – disse Amir Lando.



Em vez de reduzir a dívida pública, como pretendia, o governo “desmontou o Estado” e quintuplicou a dívida, afirma Amir Lando

Moreira registra encenação da *Via Crucis* em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) participou da procissão que encenou a *Via Crucis* na Sexta-Feira da Paixão, em Costa Marques, município de Rondônia localizado no Vale do Guaporé. Além de ressaltar a religiosidade do povo da região e lembrar da Festa do Divino Espírito Santo, realizada até ontem no

pe da Beira – disse ele.

As comemorações dos 500 anos, promovidas pelo Exército brasileiro no forte, disse o senador, contaram com a participação de líderes das tribos indígenas Macurape, Canoé, Aruá e Japoti, todas da Reserva Ricardo Franco.

anos depois, sendo tombado desde 1950 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

– Quero ressaltar o apreço com que os soldados do nosso Exército zelam por essa memória, na preservação desse que é um legítimo patrimônio histórico de todos os brasileiros, o Forte Príncipe da Beira – disse ele.

As comemorações dos 500 anos, promovidas pelo Exército brasileiro no forte, disse o senador, contaram com a participação de líderes das tribos indígenas Macurape, Canoé, Aruá e Japoti, todas da Reserva Ricardo Franco.

– Em Rondônia, porém, os índios não foram usados como massa de manobra, a exemplo do que foi visto nos lamentáveis protestos que assistimos na Bahia e em outros pontos do país – afirmou o senador.



O senador Moreira Mendes também elogiou as comemorações dos 500 anos realizadas em seu estado

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

Subsecretaria de Projetos Especiais - NC&M

www.senado.gov.br

Piva fala à TV sobre crimes fiscais

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) fala, em entrevista à TV Senado, sobre os crimes fiscais e seu impacto nas finanças públicas. O senador considera a sonegação fiscal o maior problema do país e ressalta que uma sonegação de 30% do PIB não pode continuar acontecendo. A entrevista vai ao ar hoje às 7h30.



Pedro Piva

Piva fala também sobre a evasão fiscal, que vê como resultado da alta carga tributária. Ele diz que o governo erra ao classificar os devedores como sonegadores, observando que muitos empresários simplesmente não têm como pagar o que devem ao fisco.

O senador acha que o governo deve se unir ao empresariado na

busca de soluções para esses problemas. Facilitar o pagamento dos impostos, reduzir o seu número para melhor identificar o que se recebe e quem deve e diminuir a burocracia são algumas sugestões citadas por Piva para melhorar o sistema de arrecadação.

O parlamentar acredita ainda que a alta carga de impostos tem reflexos negativos na balança comercial. "Se as empresas con-

seguiem estabilizar suas dívidas, poderão produzir e aumentar as exportações", afirmou ele durante o programa. Na sua avaliação, a reforma tributária poderá reduzir a evasão fiscal pela simplificação e agilização do sistema.



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: A beleza da pele — 2ª parte
6h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e a deputada Zulaiê Cobra falam sobre o nepotismo
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre crimes fiscais
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Pobreza das Minas
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
9h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste
10h — Comissão de Assuntos Sociais (gravada)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
13h30 — *Debate*: Senador Roberto Freire e a deputada Zulaiê Cobra falam sobre o nepotismo
14h30 — Sessão Plenária (vivo)

Logo após: Conselho de Ética

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Subcomissão de Rádio e TV (gravado)

Logo após: Subcomissão da Saúde (gravado)

Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*. Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Constituição e Justiça. Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*. Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida — Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Mauro Miranda prega o fortalecimento da fruticultura

Para ele, o setor tem muito a contribuir nas exportações. Terceiro maior produtor mundial de frutas, o Brasil exporta apenas 1% do que produz

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu ao governo federal a adoção de medidas para fortalecer a fruticultura no país. Essas ações, conforme o senador, abrangem a criação de uma legislação para a produção integrada de frutas, a implantação de estruturas de fiscalização para a produção orgânica integrada e a instalação de uma rede de análise de resíduos, para monitorar a produção nacional e a produção importada.

— A prova de que temos muito o que melhorar é a nossa pequena exportação. Exportamos somente 1% do que produzimos. As exportações brasileiras de frutas alcançam apenas US\$ 180 milhões por ano. Ora, só o Chile exporta US\$ 1 bilhão. O nó que temos que desatar é o da qualidade e da superação das barreiras fitossanitárias impostas pelos países importadores — disse ele.

Na avaliação do senador, as discussões e resoluções tomadas



Mauro Miranda defende maior controle da utilização de agrotóxicos na produção de frutas, o que aumentaria a sua competitividade externa

recentemente pela Comissão Nacional de Fruticultura, em Brasília, apontam não apenas para a modernização da atividade como para "uma virada, a curto prazo, decisiva nas perspectivas do setor".

— O Brasil tem uma produção de 312 milhões de toneladas de frutas ao ano. Somos o terceiro produtor do mundo, perdemos apenas para a China e a Índia. Mas temos de modernizar nossa maneira de produzir e de comercializar — avaliou.

Para Mauro Miranda, o Brasil precisa definir os limites mínimos de resíduos agrotóxicos que podem ficar nas frutas e de uma fiscalização eficaz sobre o uso de defensivos e de fertilizantes, o que tornaria o produto brasileiro mais competitivo.

O senador por Goiás salientou que, nos países europeus, as frutas tropicais têm os limites mínimos de resíduos admitidos para o consumo humano claramente definidos em legislação específica.

Lobão sugere apoio ao escotismo como forma de promover a educação de

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou a passagem do Dia Mundial dos Escoteiros, no dia 23 de abril, homenageando os jovens que participam desse movimento de origem inglesa, fundado em 1907 pelo educador Robert Baden Powell.

Lobão ressaltou a importância da instituição, que abriga os jovens em ambiente de companheirismo, realizando tarefas que lhes serão úteis na fase adulta, e adquirindo "conceitos de honra, dignidade e colaboração com o próximo". A importância dos educadores no escotismo, "ajudando jovens a se tornarem cidadãos respeitáveis e úteis à sua comunidade", também foi lembrada pelo parlamentar.

A dificuldade que os poderes públicos vêm encontrando em combater a violência e o aumento no uso de drogas foi apontada por Edison Lobão como uma



Para Edison Lobão, escotismo pode evitar "mau encaminhamento" de jovens que se tornam vítimas das drogas e da violência

razão para que o escotismo seja incentivado.

— É de surpreender que os governos ainda não tenham adotado o estímulo ao escotismo como um dos mais eficazes instrumentos a habilitarem os jovens para o caminho mais adequado à sua formação — acrescentou o senador, que fez um apelo aos responsáveis pelo movimento no país, e

aos governantes de todos os níveis, no sentido de buscarem condições para estimular o seu crescimento no Brasil e ampliar o número de participantes.

— Assim, estarão contribuindo decisivamente para reduzir o mau encaminhamento de tantos jovens que precisam de ajuda que não lhes tem sido dada — argumentou Edison Lobão.

Hartung defende esforço para combater o crime organizado

A criação de forças-tarefa integradas por representantes da Polícia Federal e do Ministério Público é sugerida pelo senador

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) propôs ontem a criação, pelo presidente da República, de forças-tarefa, integradas por representantes da Polícia Federal e do Ministério Público, para combater a violência, a impunidade e o crime organizado nos diversos estados da Federação.

— O aproveitamento de experiências de outras nações, com a utilização de efetivos multidisciplinares e a participação em dedicação integral de membros dos diversos órgãos já citados, pode representar uma iniciativa eficaz para dar uma resposta firme à nossa sociedade, que se sente cada vez mais desprotegida frente aos criminosos e à corrupção — ponderou.

Hartung afirmou que o Brasil erra, no combate ao crime organizado, ao tratar isoladamente cada crime, cada infração. Será, justamente, a concentração de esforços que permitirá o desmantelamento das organizações criminosas, especialmente se for pos-



Hartung afirma que o Brasil erra no combate ao crime organizado ao tratar cada infração de forma isolada

sível obter a participação efetiva da sociedade. Para ele, os conflitos que culminaram na demissão do ministro da Justiça, José Carlos Dias, agravam a fragilidade do sistema de repressão ao crime. “O duplo comando é condenado nos manuais de administração. É preciso corrigir rumos”, garantiu.

Em apartes, os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS) apontaram a

impunidade como o fator que leva a sociedade a desacreditar nas leis e no combate ao crime e à corrupção.

Também em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) considerou “indispensável” a existência de uma fiscalização externa do Judiciário para permitir que juízes sejam responsabilizados por decisões corporativas ou coniventes com a corrupção.

Sebastião Rocha denuncia prisão de deputado federal pela PM do Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou ontem sua preocupação com fato ocorrido no último sábado em Porto Grande, no Amapá, onde o deputado federal Badu Picanço (PSDB-AP) foi preso e algemado pela Polícia Militar sob a acusação de desacato à autoridade. Ele encaminhou ofício à presidência do Senado narrando o acontecido e sugeriu que, caso julgue cabível, o presidente Antonio Carlos Magalhães “tome as providências necessárias para preservar as prerrogativas parlamentares” no estado.

Na avaliação do senador, a arbitrariedade foi autorizada pelo governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), que em entrevista recente declarou que a Polícia Militar do estado deveria agir com energia, prendendo cidadãos que perturbassem a ordem, “com ou sem mandato”.



Sebastião Rocha observa que a PM não tem a prerrogativa de prender um parlamentar

Embora admitindo que tenha apenas “divergências pontuais” com o governador Capiberibe, Sebastião Rocha protestou contra o fato, argumentando que a Polícia Militar não tem a prerrogativa de prender um parlamentar federal — deputado ou senador — que está protegido pela Constituição.

— Há todo um ritual para se prender um deputado ou senador, e o nosso receio é que, a continuar dessa forma, o Amapá caminhe para um estado de ingovernabilidade, afetando a democracia e as garantias institucionais que dizem respeito a cada cidadão e, nesse particular, a cada parlamentar — ressaltou Rocha.

Balanço do banco estatal de SC surpreende Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lançou suspeitas, ontem, sobre os balanços do Banco de Santa Catarina referentes a 1998 e 1999, divulgados em conjunto com o Banco Central. De acordo com Maldaner, os resultados da instituição, levados a público somente no feriado do Dia do Trabalhador, depois de longa espera, são surpreendentes.

— O balanço de 1998, à época preestabelecido pelos técnicos do banco, era considerado até positivo. Pois foi alterado de um resultado positivo para apresentar um prejuízo extraordinário. Quanto ao exercício de 1999, nem se fala.

O senador acusou o Banco Central e o Banco de Santa Catarina de prepararem estes balanços para justificar o empréstimo de R\$ 2,1 bilhões concedido para o estado de Santa Catarina “ao apagar das luzes do ano passado”. Maldaner lembrou que o povo de Santa Catarina é que vai assumir pelos próximos 30 anos o pagamento da dívida, contraída sob o argumento de sanear o banco catarinense.

O senador salientou que o fato causa estranheza não só à oposição, mas também aos jornalistas políticos e à própria bancada go-



Maldaner teme que prejuízo seja usado para justificar empréstimo ao governo de Santa Catarina

vernista da Assembléia Legislativa do estado, que instaurou uma CPI para investigar o caso. Casildo Maldaner classificou os balanços divulgados pelo BC e pelo Banco de Santa Catarina como uma maquiagem sofisticada com o objetivo de dar como falida a instituição catarinense, que posteriormente seria privatizada por apenas R\$ 300 milhões. Maldaner citou ainda o exemplo do Banco do Estado do Rio de Janeiro, o Banerj, que foi saneado com R\$ 4 bilhões e depois vendido por apenas R\$ 400 milhões.

Mozarildo quer isentar idoso de pagar taxa de passaporte

Os maiores de 65 anos poderão ficar isentos do pagamento de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem. É o que propõe o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) em projeto de lei que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão em caráter terminativo.

Na justificativa da proposta, o senador lembrou o dever do Estado de amparar pessoas idosas, defender sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida. São necessárias, porém, na avaliação de Mozarildo, medidas complementares de incentivo à integração de idosos em atividades comunitárias. Segundo ele, os idosos que não recebem estímulo à integração na sociedade tendem a adotar comportamento sedentário que pode comprometer sua saúde física e mental. O senador também salienta que a proposta seria de grande utilidade para aqueles que dese-



Mozarildo Cavalcanti: proposta é de grande utilidade para aqueles que desejam viajar para o exterior

jam viajar para o exterior, por lazer ou em busca de atendimento médico especializado. A isenção atende também o objetivo da política nacional do idoso, de assegurar seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais.